

CAMPANHA POR UM ACORDO COLETIVO QUE SEJA RESPEITADO PELOS PATRÕES

Os trabalhadores aprovaram em Assembleia Geral presencial no último dia 17, e votação online no dia 18, a “Pauta de Reivindicações” da categoria para encaminhar à direção da Copasa, visando as negociações do Acordo Coletivo de Trabalho 2025/2026.

Com a Rua Mar de Espanha, em frente a sede da Copasa, completamente lotada por cerca de 1200 trabalhadores da RMBH e de inúmeras cidades do interior, a categoria manifestou seu repúdio à direção da empresa, que não vem cumprindo cláusulas do acordo coletivo vigente, além de aplicar verdadeira perseguição aos trabalhadores, com demissões irregulares usando critério autoritário e nada transparente de avaliações de desempenho, transferências irregulares, um amontoado de irregularidades que obrigaram o



Sindicato recorrer judicialmente em busca de reparação.

Esta “Pauta de Reivindicações” aprovada pela categoria estará à disposição no site do **SINDÁGUA** para consulta e acompanhamento das negociações.

LUTA CONTRA A PRIVATARIA QUE AMEAÇA PATRIMÔNIOS DE MINAS

Apesar de produzir um site “especial” para registrá-la como a “melhor empresa de saneamento do muno”, a Copasa continua seriamente

ameaçada pelo governo Zema de ser vendida e ser mais um patrimônio público vítima da “privataria”.

O governo inundou o Programa de Pleno Pagamento das Dívidas

dos Estados (Propag) aprovado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) de projetos com tentativas de golpes contra a Copasa, Cemig e mais cerca de 350 patrimônios do Estado para serem vendidos para pagar apenas 20% a dívida de Minas com a União.

No último dia 17 a categoria participou de uma manifestação histórica com a presença de centenas de trabalhadores em “Audiência Pública”, na resistência contra a dilapidação das estatais e sua entrega ao capital privado.



17 de junho de 2025
Manifestação em frente da Assembleia Legislativa MG

CATEGORIA FAZ LUTA HISTÓRICA PAR

Em seguida à aprovação da Pauta de Reivindicações da categoria, iniciando a campanha para as negociações do ACT/2025, uma multidão de cerca de 1200 trabalhadores participou de Audiência Pública na ALMG, em resistência à tentativa de golpe de privatização do governador Zema através do Propag.

Os trabalhadores seguiram em passeata da sede da Copasa até a sede do Legislativo mineiro, causando rasgados elogios dos deputados Betão (PT) e Bella (PSOL), que subiram ao caminhão logo que chegou à frente da sede da ALMG.

Ao ocupar todos os lugares do plenário da Audiência, a ALMG abriu um anexo ao auditório ao lado da escadaria para acomodar todos os presentes, que puderam assistir os trabalhadores por um telão.

Logo na primeira fala na Audiência, da subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Suzana Teixeira Braga, ficou transparente. Afirmou que “o decreto do Propag é bastante extenso e prevê um grande leque de cenários. O Estado pode pagar de zero a 2% de juros com ou sem amortização. O juro zero não implica amortização”. Explicou ainda



que “apesar do rol de ativos ser muito grande, não é necessário que o Estado apresente algo para obter juros mais baixos”.

O presidente do SINDAGUA, Eduardo Pereira, lembrou que a PEC 24 tenta cassar o direito do povo de manifestação sobre a tentativa de golpe do governador de Minas para entregar a Copasa e a Cemig, usando o Propag com o mesmo objetivo que tentou e foi derrotado no projeto do Regime de Recuperação Fiscal (RFF).

Eduardo ressaltou a importância dos investimentos da Copasa para amortizar a dívida que o Estado tem com a União. A Copasa mantida como estatal, é parte da solução para pagamento desta dívida. A própria regulamentação do Propag defende a Copasa e a Cemig como empresas

públicas ao definir como redução da dívida os investimentos realizados em saneamento pelo Estado. Ilustrou sua afirmação destacando iniciativas do próprio presidente da Copasa, Fernando Passalio, que “bate no peito e informa que a Copasa investiu R\$ 2,14 bilhões no saneamento em 2024. E já anunciou investimentos de R\$ 17 bilhões nos próximos 4 quatro anos”. Considerando que 50,03% das ações são do governo do Estado, R\$ 8,5 bilhões é o valor do investimento público a ser abatido da dívida.

O presidente do SINDÁGUA denuncia ainda a PEC do “Cala a Boca” que tenta impedir o referendo popular, porque sabem que o povo é contra a privatização, como está demonstrada até em pesquisas postada no site da ALMG.



PARA SALVAR A COPASA DA PRIVATARIA

EMPRESA CUMPRE COM O SANEAMENTO A RESPONSABILIDADE SOCIAL DO ESTADO

A Copasa representa um dos mais importantes patrimônios públicos do Estado de Minas Gerais, sendo vital para o atendimento à saúde da população mineira, através da sua prestação de serviços essenciais de saneamento, captação, tratamento e distribuição de água potável para consumo e captação e tratamento de esgotos para a proteção ambiental e de mananciais hídricos.

A empresa e suas subsidiárias detêm concessões de serviços em 75% dos municípios de Minas Gerais, atendendo uma população aproximada de 11,8

milhões de habitantes com serviços de abastecimento de água, dos quais 8,7 milhões de habitantes com serviços de esgotamento sanitário. São 633 municípios com abastecimento de água e 273 com prestação de esgotos em operação.

A cobertura de abastecimento de água já atinge 99%, e a de esgotamento sanitário, 78,2%, conforme dados da empresa, de março deste ano, demonstrando que a Copasa atingirá a universalização total dos serviços antes mesmo de 2033, data definida como limite pelo marco regulatório.

SUSTENTABILIDADE DE EMPRESA MODELO PARA O MUNDO

Nos últimos 6 anos, a Copasa obteve de lucro líquido R\$ 5.651.159.000,00 e distribuiu R\$ 3.848.410.636,03 de dividendos aos acionistas. A receita bruta da empresa, neste mesmo período, atingiu R\$ 35,6 bilhões.

Como estatal, a Copasa permite que o Estado faça investimentos em regiões mais pobres e de menor desenvolvimento e garanta que a lógica do interesse público



PROGRAMA DE INVESTIMENTOS DE R\$ 17 BI EM 5 ANOS

A Copasa divulgou um Programa de Investimentos a ser realizado de 2025 a 2029, para o pleno atendimento da universalização preconizada pelo Marco Regulatório do Saneamento. Neste curto período de 5 anos, a empresa programa um investimento de R\$ 16 bilhões 946 milhões.



A própria Copasa publicou em seu site o reconhecimento da empresa como a “melhor do mundo” em saneamento

www.melhordomundo.copasa.com.br

O PROPAG PREVÊ QUE A DÍVIDA COM A UNIÃO PODE SER ABATIDA COM A COPASA MANTIDA COMO ESTATAL

A regularização do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) prevê que o Estado pode dar entrada em várias modalidades de redução de juros sobre a dívida com a União. Se pretende reduzir de 4% para 2%, ou seja, a metade dos juros cobrados hoje, o Estado precisa dar uma entrada de 20% no

LUCRO LÍQUIDO DA COPASA

Em março, a empresa divulgou um lucro líquido de R\$ 428 milhões, que projeta um valor de R\$ 1,7 bilhão em 2025, o que garante para o Estado, como maior acionista, quase R\$ 900 milhões. Nesse ritmo, em seis anos, os recebíveis pelo Estado seriam pagos à União. Livre da ameaça de privatização, o Estado continua com a Copasa como geradora de receita, promovendo a política que o Propag exige em infraestrutura de saneamento.

abatimento da dívida, o que representa um valor próximo de R\$ 40 bilhões. O programa do Governo Federal define que o valor da entrada pode ser abatido com gasto de 60% em educação técnica e 40% em mobilidade urbana, crises climáticas e infraestrutura de saneamento básico. Lembre-se que a Copasa tem um Programa de Investimentos de R\$ R\$ 17 bilhões até 2029. Metade deste valor (50,03%), ou seja, R\$ 8,5 bilhões já vai para o pagamento do Propag como investimento em saneamento básico. No caso de privatização da Copasa, este investimento de R\$ 17 bilhões deverá ser revisto pelo novo controlador. Consequentemente, o cumprimento dos investimentos seria realizado por recursos privados, condição não autorizada pelo Propag, que exige investimentos do Estado como parte do pagamento da dívida. Deve-se lembrar que se discute agora uma situação de pagamento de entrada, mas sem uma previsão de rolagem da dívida.

DISPARIDADES CRIMINOSAS NA PRECIFICAÇÃO DA EMPRESA

É no mínimo assustadora e irresponsável a precificação que o governo Zema faz da Copasa, com um valor de R\$ 4,5 bilhões para ser arrebatada pela privatização, que é superado em apenas três anos de lucro líquido e é extraordinariamente menor que os R\$ 17 bilhões programados de investimentos até 2029. Seguindo esta lógica, a precificação da Copasa precisaria incluir os valores de investimentos da empresa. Apenas com estes números teríamos uma precificação parcial de R\$ 21,5 bilhões. No entanto, uma precificação justa e correta não pode ser realizada apenas sobre o fluxo de caixa, como quer Zema, mas constando os valores dos ativos e das outorgas. Para se ter uma ideia, só o edital recente de Ipatinga previa um contrato de R\$ 4,1 bilhões, lembrando que temos 630 concessões no Estado. Teríamos uma precificação de recebíveis até o final dos contratos de cada município até os lucros cessantes, indenização de ativos não amortizados. A precificação da Copasa seria até o fim do último contrato vigente. Apenas com o município de Contagem temos um contrato com vigência de mais 100 anos. Uma precificação deve, necessária e obrigatoriamente, obedecer a Lei de Responsabilidade Fiscal, com a avaliação e o parecer do Tribunal de Contas do Estado (TCE), permitindo ao Propag a visão correta dos ativos, evitando qualquer valor inadequado e aviltante. A precificação não viria apenas do BNDES, mas também do TCE.

PRIVATIZAÇÃO CRIMINOSA

O projeto de governo que pretende a privatização da Copasa vira as costas para os compromissos e responsabilidade social do Estado. Além de querer vender uma empresa que alcança lucros fabulosos, como os previstos R\$ 1,7 bilhão para 2025, o governo a precifica com um valor absurdo e irrisório de R\$ 4,5 bilhões, o que representa menos de três anos de lucros líquidos da empresa. Como demonstramos no gráfico, apenas no período de seis anos de Zema no Governo de Minas, a Copasa já distribuiu R\$ 3,84 bilhões de dividendos aos acionistas.

